

# Endurecimento marca negociações

REALI JÚNIOR  
Nosso correspondente

O problema da dívida dos países em desenvolvimento está atravessando um período crucial e decisivo, com as recentes posições assumidas por credores e devedores. Já se prevê para os próximos dias importantes desdobramentos nessa verdadeira disputa de braço-de-ferro que envolve os países ricos, os endividados e os bancos comerciais. Três fatores são apontados por especialistas europeus para justificar essa evolução, levando-os a acreditar que nos encontramos também numa fase "pré-1982", quando o fantasma da dívida ameaçou pela primeira vez os credores com a decisão mexicana de suspender os pagamentos.

De um lado, o endurecimento dos bancos comerciais, interrompendo as negociações com as Filipinas, a despeito das pressões do governo dos Estados Unidos, que insistiam sobre a necessidade de se concluir um acordo com o país de Cory Aquino. Além disso, as ameaças de não renovação das linhas de crédito de curto prazo com o Brasil, cujo vencimento está previsto para o fim do mês. Do outro lado, o endurecimento da posição de alguns dos países devedores. O Brasil, através do ministro Dilson Funaro, é que passou a considerar insuficiente uma renovação das linhas de curto prazo por apenas 90 dias, reivindicando sua prorrogação por tempo indeterminado. Cita-se, ainda, a própria decisão do Equador, o primeiro país do continente latino-americano a seguir o exemplo brasileiro, suspendendo também o pagamento dos juros da sua dívida.

Uma preocupação suplementar dos credores com a evolução da situação a curto prazo, no caso brasileiro, está sendo provocada pela própria deterioração do clima social na última semana. Teme-se que a multiplicação de greves possa provocar a própria degradação do clima político, comprometendo também toda tentativa séria de ajustes econômicos indispensáveis, no momento em que se constata a retomada do ritmo inflacionário e a queda do nível das exportações.

Mas, é o caso filipino que está sendo apontado pelos analistas europeus como o que melhor ilustra a intransigência dos bancos comerciais. O governo desse país, durante mais de dez dias, debateu com o comitê de bancos em Nova York condições mais flexíveis para o pagamento de sua dívida, reivindicando uma baixa sensível das taxas de juros e apresentando um plano que previa a transformação de uma parcela da dí-

vida em investimentos no seu parque industrial. Essa negociação vinha sendo considerada como exemplar para os países endividados que não pretendiam seguir o caminho traçado pela decisão unilateral brasileira. Isso explica os esforços de Washington junto aos bancos comerciais norte-americanos para que essa negociação pudesse ser concluída com êxito. Mas isso não ocorreu e a decisão dos bancos suspendendo as negociações por tempo indeterminado, sem mesmo fixar qualquer data para seu prosseguimento, é a prova do malogro. Por enquanto, as manifestações ainda são reservadas, mas teme-se que os países devedores possam ser empurrados para uma posição similar à do Brasil, provocando o tão temido "efeito domino", o que não estava no programa.

Outro caso citado é o do Equador, já se alinhando a esse raciocínio. No mês passado, o governo de Quito havia anunciado que reduziria para um terço o pagamento dos juros de sua dívida, autorizando o pagamento de apenas US\$ 300 milhões e não os US\$ 800 milhões previstos para 1987. Agora, este país foi mais além, anuncianto a suspensão pura e simples do pagamento, o que não está agradando os banqueiros, mesmo se a justificativa seja justa, isto é, os enormes prejuízos sofridos com os recentes tremores de terra no País.

Durante a semana, os banqueiros europeus mostravam-se extremamente discretos em relação às reivindicações brasileiras para a renovação das linhas de curto prazo, cerca de US\$ 15 bilhões no próximo dia 31 de março. Tudo indica que uma decisão sobre esse assunto só será conhecida à última hora, pois isso faz parte da própria estratégia dos bancos que buscam pressionar o País a aceitar suas condições, entre outras coisas, um plano de ajuste econômico recomendado pelo Fundo Monetário Internacional. De qualquer forma, pelo comportamento dos bancos comerciais até agora, após a decisão da moratória, acredita-se que elas poderão ser mantidas ou pelo menos prorrogadas por 90 dias. A informação de que alguns bancos norte-americanos estariam dispostos a lançar como perdas certos créditos brasileiros seria mais uma etapa da escalada atual entre credores e devedores. Até agora, os dois principais bancos brasileiros na Europa, inclusive os dois oficiais, Banco do Brasil e Banespa, têm conseguido operar normalmente, sem maiores dificuldades, pois as linhas de crédito têm sido mantidas pelos bancos europeus. Todos, entretanto, aguardam a decisão sobre qual será o comportamento após o próximo dia 31.